

Ministros discutem como eliminar o gatilho

No início, a idéia era proteger o trabalhador. Agora, com a inflação passando os 20%, a Seplan questiona essa proteção.

Assessores do ministro do Planejamento, João Sayad, ficaram aliviados com a decisão do Conselho de Desenvolvimento Econômico de desativar o gatilho salarial. Para esses técnicos, o mecanismo de proteção dos trabalhadores na verdade funcionaria ao contrário, provocando aumentos generalizados de preços, ameaçando o nível de emprego e desorganizando a economia do País.

A tese desses economistas é que mecanismos como o gatilho salarial só funcionam em economias onde a inflação é residual e mantém-se estável durante longos períodos. No Brasil de hoje, com in-

flação crescente e perspectivas sombrias para os próximos meses, o efeito seria o aumento em cadeia dos custos das empresas, gerando um ciclo vicioso na corrida preços-salários. Isso inibiria os investimentos, reduziria a oferta de produtos, provocaria mais inflação e desemprego.

Na verdade, desde que foi instituído, juntamente com o Plano Cruzado, em fevereiro do ano passado, o gatilho salarial vem sendo motivo de discordância entre membros do governo. A idéia, na época, era criar um mecanismo que protegesse o salário do trabalhador diante de uma possível volta da infla-

ção (acreditava-se então que esta demoraria a voltar). Surgido por inspiração do Ministério do Trabalho, o gatilho teve aprovação dos assessores do ministro da Fazenda mas nunca foi bem digerido pela equipe da Seplan — que agora sente-se vitoriosa com a extinção desse mecanismo.

Nos primeiros meses do Plano Cruzado, quando a inflação foi drasticamente reduzida, a discussão em torno do gatilho ficou “congelada”, simplesmente porque ela parecia uma hipótese remota. Como só seria disparado quando a inflação atingisse 20% — em abril, por exemplo, o índice foi negativo

—, alguns técnicos do governo chegaram a pensar que não se voltaria a falar do assunto tão cedo. Mas esse momento chegou.

Em novembro, já com a inflação aproximando-se perigosamente dos dois dígitos, os sindicatos começaram a lembrar ao governo que estava na hora de se pensar naquele mecanismo. Foi quando o ministro Sayad veio a público para defender a tese de que os trabalhadores que tiveram aumentos reais de salário durante o ano não teriam direito ao gatilho — pelo menos, não teriam os 20% de aumento.

Contra essa tese levantou-se

imediatamente o ministro Pazzianotto, inclusive com estudos de sua assessoria jurídica, argumentando que os eventuais aumentos obtidos no período seriam apenas “descontados” dos 20%. Em meio a essa discussão, surgiram mais fortes as pressões dos empresários, que desde o início também foram contra o gatilho — embora nem todos manifestassem essa posição abertamente. Com a inflação acumulada já ultrapassando os 20% neste mês de janeiro, o disparo do gatilho — se fossem mantidos os planos iniciais — teria obrigatoriamente que acontecer, e os empresários argumentam que isso faria explodir seus custos.

O governo, dessa forma, começou o ano sem saber o que fazer com o mecanismo que criou para compensar os trabalhadores pelo congelamento dos salários. Apesar de muitas categorias terem obtido aumentos reais durante 1986, as lideranças sindicais não aceitam simplesmente o fim do gatilho. “Numa situação econômica ruim, nenhuma política salarial é boa”, argumenta o ministro Pazzianotto, que se vê agora na situação de ter que defender o gatilho, ou qualquer outro mecanismo de proteção ao trabalhador, a todo custo. Nos próximos dias, ele ficará sabendo se o governo como um todo aceita manter o que prometeu.